



PUC Minas

# Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 26 • 13 a 19/11/2005 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

## Análise

### **18/11/2005 - Nova Postura Militar do Japão .....p.01**

Conhecida como Negociação Dois a Dois, a série de reuniões entre os ministros de defesa e do exterior dos Estados Unidos do Japão tem como resultado a criação de um documento que define uma nova postura militar do Japão.

## Resenhas:

### **15/11/2005 - Os atentados na Jordânia .....p.03**

Jordânia sofre atentados terroristas em três hotéis localizados na capital Amã e responsabiliza Al Qaeda pelos ataques suicidas, que deixaram 56 mortos e mais de 100 feridos.

### **16/11/2005 - Emenda antiterrorista de Tony Blair é rejeitada no Parlamento britânico .....p.05**

O Primeiro-Ministro britânico Tony Blair sofre sua primeira derrota no parlamento britânico ao ter rejeitada sua proposta de emenda anti-terrorista.

### **16/11/2005 - Conturbadas eleições parlamentares ocorrem no Azerbaijãop.07**

Eleições parlamentares ocorreram no Azerbaijão no dia 6 de novembro de 2005. O partido que atualmente se encontra no poder do país conseguiu a maioria dos votos. No entanto a oposição protesta alegando a existência de fraude.

### **17/11/2005 - Eleições gerais na Bolívia são adiadas.....p.09**

Decreto do atual presidente interino adia eleições gerais na Bolívia para atender a uma demanda constitucional das províncias. O decreto, além de informar a nova data, também determina a quantos deputados cada circunscrição passará a ter direito, devido ao censo populacional de 2001.

### **17/11/2005 - Ex-presidente peruano Fujimori é detido no Chile .....p.11**

Após passar cinco anos exilado no Japão, o ex-presidente peruano, Alberto Fujimori, é detido no Chile. Fujimori, que governou o Peru durante dez anos, é acusado pela Justiça do país por diversos crimes, dentre eles o de violação aos direitos humanos e o de corrupção.

---

# Nova Postura Militar do Japão

---

Análise  
Segurança

Carolina Dantas Nogueira  
18 de novembro de 2005

---

**Conhecida como Negociação Dois a Dois, a série de reuniões entre os ministros de defesa e do exterior dos Estados Unidos do Japão tem como resultado a criação de um documento que define uma nova postura militar do Japão.**

---

Os Estados Unidos e o Japão concretizaram uma série de negociações denominada Negociação Dois a Dois ao final do mês de outubro deste ano. Este nome se deve ao envolvimento dos ministros de defesa e do exterior de ambos os países.

Os ministros endossaram um documento de 14 páginas denominado “Aliança Estados Unidos e Japão: Transformação e Realinhamento para o Futuro”<sup>1</sup> o qual detalha planos de reformulação da aliança militar entre os dois países. Sua implementação está prevista para março de 2006.

Os Estados Unidos devem remover 7 mil fuzileiros navais de Okinawa (atual residência de 18 mil fuzileiros navais estadunidenses e maior base militar dos Estados Unidos no Japão) para Guam (território estadunidense na Micronésia) entre março e setembro de 2006. Além disso, desenvolver-se-á um complexo sistema de defesa por radar no Japão contra mísseis balísticos e treinamentos militares conjuntos. O Japão, em contrapartida, se compromete com a expansão de missões de defesa tanto do seu território quanto de missões internacionais. O centro de operações da

base aérea de Yokota, Japão, será coordenado por ambos os países para que seja possível maior sincronia entre os movimentos militares bem como maior agilidade de ação

O documento enfatiza, também, que os dois países “entendem os desafios que persistem na região da Ásia-Pacífico criando incertezas e gerando a necessidade de atenção acerca da modernização das capacidades militares na região”. Mais adiante, afirma que os dois países concordam com a necessidade de planos de ações bilaterais e a inclusão das agências civis japonesas e autoridades locais neste processo de planejamento.

Outro ponto do acordo é a autorização para que navios nucleares possam atracar no porto de Hiroshima a partir de 2008. Apesar dos portos japoneses não serem preparados para este tipo de ancoragem, até o momento houve 1200 visitas a diversos portos ao longo da costa japonesa por navios nucleares estadunidenses. Até hoje apenas Okinawa era base permanente de um porta-aviões estadunidense e outros navios podiam passar pelos portos, permanecendo pouco tempo.

Esta mudança não agradou as autoridades locais e a população protestou contra riscos de radiação e conseqüente contaminação. Em resposta, os Estados Unidos garantiram que a manutenção de

---

<sup>1</sup> *US-Japan Alliance: Transformation and Realignment for the Future*

navios nucleares não será feita no porto de Hiroshima.

O Primeiro Ministro japonês, Junichiro Koizumi, afirmou que esta nova postura é importante para o contexto global atual. As tensões com a Coréia do Norte sobre seu programa nuclear, as manobras militares conjuntas entre China e Rússia além das disputas territoriais entre China e Japão, segundo o primeiro ministro, são pontos que merecem especial atenção na região. [ver [Disputa entre China e Japão; Uzbequistão: decisão política sinaliza mudanças na região da Ásia Central; A Crise Nuclear Norte-Coreana](#) ]

As administrações tanto de Okinawa quanto de Hiroshima declaram-se insatisfeitas com esta política de Koizumi, pedindo a retirada total das tropas para Guam e outras 25 bases estadunidenses espalhadas pela Ásia.

Esta série de negociações, no entanto, não surgiu em um contexto isolado, mas sim em função de uma revisão da postura global das forças armadas estadunidenses. Este plano prevê que em um espaço de 10 anos uma grande parcela da força armada desdobrada permanentemente no exterior, principalmente da Europa e Ásia, seja realocada no território continental do país. [ ver [Encerrando a Guerra Fria - Revisão da Postura Global dos EUA](#) ]

Para Washington, ser o Japão política e economicamente forte é sinônimo de ter um bom aliado na Ásia. Uma reestruturação de sucesso direcionada por Koizumi possibilitará mudanças antes pouco prováveis em função da rigidez cultural do Japão e dos empecilhos jurídicos do país, a começar pela sua constituição pacifista. [ver [Reviravolta Política e Econômica no Japão](#) ]

Dessa forma ter-se-ia um aliado forte atuando como contrapeso ao crescimento militar da China, além de um braço militar mais forte na região.

## Referência

### Sites:

American Enterprise Institute  
<http://www.aei.org/>

New York Times  
<http://www.nytimes.com/>

Sidney Morning Herald  
<http://www.smh.com.au/>

Stratfor  
<http://www.stratfor.com/>

The Guardian  
<http://www.guardian.co.uk/>

The Hindu  
<http://www.thehindu.com/>

The International Institute for Strategic Studies  
<http://www.iiss.org>

The Times  
<http://www.timesonline.co.uk>

Washington Post  
<http://www.washingtonpost.com/>

Yahoo News  
<http://dailynews.yahoo.com/>

### Ver também:

25/10/2005 - [Rumsfeld chega à China e faz alerta quanto a sua expansão militar](#)

28/09/2005 - [Uzbequistão: decisão política sinaliza mudanças na região da Ásia Central](#)

22/09/2005 - [Junichiro Koizumi vence as eleições no Japão](#)

02/09/2005 - [Reviravolta Política e Econômica no Japão](#)

19/08/2005 - [A Crise Nuclear Norte-Coreana](#)

06/05/2005 - [Disputa entre China e Japão](#)

05/10/2004 - [Encerrando a Guerra Fria - Revisão da Postura Global dos EUA](#)

---

# Os atentados na Jordânia

---

Resenha  
Segurança

Ana Flávia Lima Teles  
15 de novembro de 2005

---

**Jordânia sofre atentados terroristas em três hotéis localizados na capital Amã e responsabiliza Al Qaeda pelos ataques suicidas, que deixaram 56 mortos e mais de 100 feridos.**

---

No dia 9 de novembro de 2005, três explosões atingiram os hotéis *Grand Hyatt, Radisson e Days Inn* em Amã, capital da Jordânia, deixando 56 pessoas mortas e 115 feridas.

O Vice-Primeiro-Ministro jordaniano, Marwan Muasher, afirmou logo depois das explosões, que Al Zarqawi seria o suspeito número um de ter realizado os atentados. Segundo autoridades jordanianas, o terrorista seria conhecido por sua animosidade contra a monarquia no país. Um comunicado atribuído à rede Al Qaeda afirma que a Jordânia teria se tornado um alvo porque seria o quintal dos fundos dos inimigos da religião, os judeus e os cruzados, bem como um lugar dos traidores e um centro de prostituição. Neste comunicado também o rei Abdullah II é chamado de tirano da Jordânia.

A Jordânia é vista como um local de estabilidade na região e é um dos países árabes que assinou um acordo de paz com Israel. É também um país aliado dos Estados Unidos, e este ofereceu a sua cooperação na investigação dos ataques e nos esforços para levar os terroristas à Justiça o mais rápido possível. A Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, lembrou o papel da Jordânia como um aliado de Washington na chamada guerra contra o terrorismo.

No dia 12 de novembro, após a Jordânia

ter confirmado que o grupo Al Qaeda esteve por trás dos atentados suicidas, e especificamente o grupo de Abu Musab Al-Zarqawi, o Conselho de Segurança da ONU (CS) se reuniu para adotar, de forma unânime, uma declaração na qual condena os atentados.

O documento ressalta a necessidade de levar à Justiça os organizadores, autores e financiadores de tais atos. Depois de solicitar a assistência de todos os países membros, o CS reafirmou que o terrorismo em todas suas formas e manifestações constituem uma das ameaças mais sérias à paz e à segurança internacional, e que todos os atos de terrorismo são criminosos e injustificáveis, independentemente de sua motivação e de onde, quando e quem os cometem. O CS reforçou a necessidade de lutar contra a ameaça, sempre no cumprimento da legislação internacional, especialmente dos Direitos Humanos.

O serviço secreto alemão (BND) prevê novos atentados como os perpetrados na Jordânia. Segundo o presidente do BND, August Hanning, atentados como os ocorridos na Jordânia aumentariam a ameaça de ações similares na Europa. E para ele, o terrorismo internacional e a proliferação das armas de destruição em massa serão as grandes ameaças que a civilização deverá enfrentar nos próximos anos. O ministro alemão de Relações



Exteriores, Frank Steinmeier, ainda afirmou que a luta contra o terrorismo e sua proliferação estão e estarão nos próximos anos na agenda das relações transatlânticas e da União Européia (UE).

## Referência

### Sites:

BBC News -

<http://www.news.bbc.co.uk>

Folha on line -

<http://www.folhaonline.com>

New York Times-

<http://www.nytimes.com>

Petra-

<http://www.petra.gov.jo>

### Ver também:

28/09/2005 - [A Al-Qaeda após os atentados de julho](#)

22/09/2005 - [Iraque sofre com três dias de subseqüentes ataques terroristas](#)

17/09/2005 - [Os atentados em Jacarta e o terrorismo mundial](#)

01/09/2005 - [Os atentados em Londres](#)

24/06/2005 - [Al-Qaeda sob pressão - Parte II - Iraque](#)

17/06/2005 - [Al-Qaeda sob pressão - Parte I](#)

---

# Emenda antiterrorista de Tony Blair é rejeitada no Parlamento britânico

---

Resenha  
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo  
16 de novembro de 2005

---

**O Primeiro-Ministro britânico Tony Blair sofre sua primeira derrota no parlamento britânico ao ter rejeitada sua proposta de emenda anti-terrorista.**

---

A Câmara dos Comuns do Reino Unido rejeitou na quarta-feira, 09 de novembro de 2005, uma emenda à Lei Antiterrorista proposta pelo Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair. Essa foi a primeira derrota de Blair na Câmara dos Comuns desde as eleições de 1997, quando assumiu o poder no Reino Unido.

Após os atentados ocorridos em 7 de julho de 2005 em Londres [ver: [Os atentados em Londres](#)], realizados por quatro terroristas suicidas contra sistemas de transporte da cidade, foi criado um projeto de Lei Antiterrorista, que permite que a detenção de suspeitos de terrorismo se estenda por no máximo 14 dias.

A proposta do primeiro-ministro previa que suspeitos de atos terroristas poderiam ser detidos pela polícia britânica, sem uma acusação formal, por um prazo de 90 dias. Também seriam criados novos crimes, incluindo o apoio ao terrorismo, a preparação de atos terroristas e a visita a campos de treinamento terrorista. Além disso, os crimes poderiam ser julgados nos tribunais britânicos, mesmo que tenham sido cometidos em outro país.

Tal proposta foi rejeitada por 322 votos a 291. Ao todo 50 parlamentares se abstiveram da votação, o que segundo

analistas, colocaria em dúvida a autoridade de Blair perante o Parlamento britânico.

Ainda na quarta-feira, 09 de novembro de 2005, os parlamentares votaram novamente a alteração do período para detenção de suspeitos, tendo sido apresentadas duas propostas: a primeira também rejeitada, que permitiria as detenções durante 60 dias, e a outra aprovada, que determinava um prazo de detenção de 28 dias e que tinha sido proposta por David Winnick, parlamentar do partido Trabalhista apoiado por conservadores, liberais-democratas e trabalhistas.

Diante da derrota, líderes da oposição chegaram a pedir a renúncia do primeiro-ministro. Michael Howard, líder do Partido Conservador chegou inclusive a declarar que a autoridade de Blair teria sido tão “diminuída” pela votação que ele deveria deixar o cargo.

Contudo, a derrota não significa que Blair terá que renunciar ao cargo de primeiro-ministro, embora ele já tivesse afirmado que iria deixar o cargo antes das próximas eleições. Blair inclusive declarou não acreditar que o resultado da votação possa afetar sua posição como primeiro-ministro alegando não acreditar que sua derrota no parlamento seja uma questão de



autoridade.

Segundo o primeiro-ministro, sua proposta de emenda é baseada nos conselhos da polícia e dos serviços de segurança, que teriam dito que a proposta de ampliar o período de detenção de 14 para 90 dias era “vital e urgente”, sendo seu dever colocar a proposta no Parlamento. Blair declarou ainda que a polícia deveria ser capaz de fazer prisões antes de qualquer incidente, tendo em vista que o objetivo dos terroristas é causar mortes em massa.

O primeiro-ministro vem enfrentando fortes críticas pela sua proposta de detenção de 90 dias. Organizações de direitos humanos alegaram que tal medida fere os direitos civis das pessoas. Vários líderes britânicos também se manifestaram contra a proposta, como o líder do Partido Conservador, Michael Howard, que alegou não serem necessários 90 dias para conseguir provas e acusar um suspeito; o lorde Harry Woolf, um dos juízes mais prestigiados do Reino Unido; e o ex-primeiro-ministro conservador John Major, que classificou como inaceitável o prolongamento do prazo de detenção sem acusações de um suspeito.

Blair também enfrenta críticas dentro de seu próprio partido, que não se limitam à legislação antiterrorista, mas se estendem a seus planos sobre a reforma educativa - que prevê a retirada do controle das escolas das autoridades locais - e a crescente privatização da saúde.

Segundo analistas, a derrota no parlamento poderia levar a um aumento da pressão sobre o primeiro-ministro, de forma que seja antecipada sua saída do poder. Blair também deve enfrentar dificuldades em aprovar suas outras reformas, uma vez que pode perder o apoio do seu próprio partido depois de ter abandonado a possibilidade de uma coalizão multipartidária e lançar, sem o apoio do partido, a proposta de 90 dias de detenção.

Contudo, ainda que Blair venha a ser substituído, o novo primeiro-ministro não realizaria mudanças significativas no governo. O nome indicado seria o de Gordon Brown, atual Ministro da Fazenda.

## Referência

### Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.ihl.com/>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

### Ver também:

01/09/2005 - [Os atentados em Londres](#)

13/05/2005 - [Terceira vitória de Tony Blair](#)

11/04/2005 - [Combate ao terrorismo na era da informação](#)

---

# Conturbadas eleições parlamentares ocorrem no Azerbaijão

---

Resenha  
Segurança / Desenvolvimento

Fernanda Assunção  
16 de novembro de 2005

---

**Eleições parlamentares ocorreram no Azerbaijão no dia 6 de novembro de 2005. O partido que atualmente se encontra no poder do país conseguiu a maioria dos votos. No entanto a oposição protesta alegando a existência de fraude.**

---

No dia 6 de novembro de 2005, novas eleições parlamentares ocorreram no Azerbaijão, ex-república soviética. Em torno de 1.540 candidatos concorrem às 125 cadeiras do parlamento do país, denominado *Milli Majlis*. Apenas cerca de 40% do eleitorado, estimado em 4,66 milhões de pessoas, participaram das eleições, o que, entretanto, não afeta a validade do processo, pois a legislação azerbaijana não fixa um mínimo de participação para validar o pleito.

De acordo com a Comissão Eleitoral Central (CEC), a coalizão *Azadliq*, formada pelos três maiores partidos da oposição, ocupou cinco cadeiras, ao passo que o Novo Partido do Azerbaijão, do atual Presidente Ilha Aliev, ocupou sessenta e três. A maioria das cadeiras restantes foi designada aos partidos independentes ou pequenos. Aliev sucedeu seu pai, Heidar Aliev, na presidência, há dois anos.

Ali Keremli, principal dirigente do Partido da Frente Popular e um dos principais líderes da coalizão *Azadliq*, declarou, entretanto, que as eleições ocorridas no país foram totalmente fraudadas e que teria ocorrido intimidação policial. Isso levou a oposição a solicitar que as eleições

fossem anuladas, caso contrário não aceitariam o resultado das mesmas.

O Centro de Monitoramento das Eleições, um grupo doméstico independente fundado por concessões internacionais, afirmou que, em algumas zonas eleitorais, os eleitores não foram devidamente identificados, pois não tiveram seus dedos marcados com a tinta indelével. Tornou-se possível, portanto, que votassem duas vezes. O representante do Centro, Anar Mammadli, disse que oficiais, em algumas zonas, estavam apoiando abertamente determinados candidatos.

Já a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (*Organization for Security and Cooperation in Europe*), foi bastante crítica em sua avaliação, dizendo que seus observadores reportaram que o processo de contagem de votos estava desorganizado em pelo menos 43% das zonas eleitorais observadas.

Alguns analistas disseram que quase todas as manifestações da oposição em Baku, capital do Azerbaijão, haviam sido proibidas pelo governo, como também foram marcadas por uma violenta repressão policial. Menos de três semanas antes da votação, o governo de Aliev anunciou que haveria descoberto um plano de golpe liderado por Rasul

Guliyev, um líder da oposição no exílio. Em resposta, alguns ministros suspeitos de envolvimento no plano foram presos.

Frente às suspeitas de fraude, a oposição do Azerbaijão, reuniu na quarta-feira, dia 9 de novembro de 2005, mais de quinze mil pessoas na praça da Vitória Sadar Djalaloglu, em Baku. Os manifestantes usaram a cor laranja em suas bandeiras, fazendo alusão à revolução laranja, ocorrida na Ucrânia, quando uma disputa eleitoral iniciou uma onda de protestos que levou a uma recontagem dos votos que levou a oposição ao poder. Entretanto, analistas acreditam que os eventos ocorridos na Ucrânia, como também na Geórgia, não devem ocorrer no Azerbaijão. Isto porque faltariam aos protestos neste país as características fundamentais que estariam presentes nessas duas outras ex-repúblicas soviéticas: a habilidosa organização da Ucrânia, e a fidelidade popular aos líderes da Geórgia.

Frente aos protestos, a CEC anulou o resultado das eleições parlamentares em dois distritos eleitorais e anunciou uma recontagem em um terceiro, que acabou reconhecendo a vitória de um candidato da oposição. O Presidente Aliev demitiu dois governadores acusados de estarem conectados a fraudes e admitiu que irregularidades podem ter ocorrido em sete ou oito regiões, ressaltando que oficiais dariam início à investigações.

Negociações entre a oposição e o governo teriam começado a fim de discutir quantos assentos os dois lados aceitariam no *Milli Majlis*. *Azadliq* estaria considerando uma proposta do governo de conceder vinte cadeiras do parlamento à oposição, mas ambas as partes envolvidas negam que essas supostas discussões estariam acontecendo.

Segundo alguns analistas, o poder e a oposição estão travando uma batalha crucial para a evolução política desta ex-república soviética do Cáucaso do Sul, rica em petróleo e na qual companhias

estrangeiras – sobretudo estadunidenses – investiram milhares de dólares. Baku é o ponto de partida de um oleoduto que, até o final deste ano, deve transportar um milhão de barris de petróleo por dia para o porto de Ceyhan, na Turquia. Para os países ocidentais o mar Cáspio é uma importante fonte alternativa para suprimento de petróleo proveniente do Oriente Médio. O oleoduto ainda possui um papel crítico uma vez que não passa pela Rússia.

Governos ocidentais estariam bastante ligados aos acontecimentos das eleições locais, acreditando que regras democráticas seriam a melhor garantia de estabilidade para um país estrategicamente tão importante.

## Referência

### Sites:

CNN -

<http://www.cnn.com/>

The Guardian -

<http://www.guardian.co.uk/>

International Relations and Security

Network - <http://www.isn.ethz.ch/>

Folha On Line -

<http://www.folha.uol.com.br/>

---

# Eleições gerais na Bolívia são adiadas

---

Resenha  
Segurança / Economia e Comércio / Integração regional

Wesley Robert Pereira  
17 de novembro de 2005

---

**Decreto do atual presidente interino adia eleições gerais na Bolívia para atender a uma demanda constitucional das províncias. O decreto, além de informar a nova data, também determina a quantos deputados cada circunscrição passará a ter direito, devido ao censo populacional de 2001.**

---

**A**s eleições gerais da Bolívia, que ocorreriam em 04 de dezembro de 2005, foram adiadas pelo Tribunal Eleitoral Nacional (TEN) do país. Essa decisão foi tomada no dia 28 de outubro devido à inabilidade do Congresso Nacional de redistribuir as 130 cadeiras de deputados. A distribuição dos deputados obedece a um critério demográfico segundo o último censo, nesse caso, o de 2001.

Em 1989, o Congresso dividiu o país em nove departamentos que agrupavam 94 províncias. A Constituição determina que metade dos deputados devem ser eleitos por “circunscrições uninominais” e o restante por “circunscrições plurinominais dos departamentos, encabeçadas pelos candidatos a presidentes, vice-presidente e senadores da República” (Constituição da República da Bolívia. Artigo 60º, II, 2004). A delimitação das cadeiras é feita pelo TEN levando em conta o tamanho da população das circunscrições nos nove departamentos do país.

Em junho de 2002, o país passou pelo seu quinto processo eleitoral (tendo como marco o ano de 1982) e escolheu um presidente para o cumprimento das funções do Executivo até junho de 2007. Na ocasião, a presidência ficou a cargo de Gonzalo Sánches de Lozada e esse foi forçado a renunciar em outubro de 2003 devido aos distúrbios no campo e nas

idades em protesto, entre outras questões, o seu plano de instituir um imposto de renda e a exportação de gás para os Estados Unidos e México. O seu vice-presidente, Carlos Mesa, assumiu o cargo de presidente do país com um discurso de somente exportar gás natural e outros recursos com a estrita supervisão do governo, assegurando à Bolívia, e não às corporações estrangeiras, os benefícios máximos de suas receitas.

Após governar o país por quase dois anos, Mesa renuncia diante de protestos nas ruas à condução de sua política, promessas não cumpridas e à demanda da indústria de gás natural. Em 09 de junho de 2005, Eduardo Rodriguez, presidente da Suprema Corte (órgão de última instância do Poder Judiciário) assume a presidência e convoca eleições nacionais para dezembro de 2005 como forma de apaziguar os protestos. Atualmente o cargo da vice-presidência está vago.

Em setembro, em meio a uma disputa entre províncias, o Tribunal Constitucional (penúltima instância do Poder Judiciário) determinou ao Congresso a redistribuição das cadeiras da Câmara dos Deputados antes das próximas eleições. O adiamento pelo TEN teve em vista a viabilidade técnica diante do tempo necessário para os trabalhos de redistribuição, mas não confirmou o dia da eleição.



Para contornar essa situação, o presidente interino, Eduardo Rodríguez Veltzé, baixou um decreto estabelecendo o dia 18 de dezembro e a nova redistribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados. Assim, os departamentos de Santa Cruz e Cochabamba recebem três e um deputados, respectivamente, em detrimento de dois de La Paz; um de Oruro e um de Potosí. A tabela abaixo mostra as mudanças nos números de deputados por cada departamento:

Departamentos	Atual	Censo de 2001
La Paz	31	29
Santa Cruz	22	25
Cochabamba	18	19
Potosí	15	14
Chuquisaca	11	11
Oruro	10	9
Tarija	9	9
Beni	9	9
Pando	5	5

Fonte: RODRIGUEZ V., Eduardo. Decreto Supremo 28429. La Paz; 02 de novembro de 2005.

Os três principais candidatos à presidência – Evo Morales, Jorge Quiroga e Samuel Dora Medina – deram o seu apoio ao decreto. As regiões que tiveram seu número de deputados aumentado pressionaram para que a decisão do Tribunal Constitucional fosse realizada antes dessas eleições. Já as que saíram perdendo com a nova redistribuição argumentavam para se esperar as próximas eleições gerais, ou seja, em 2011.

Contudo, segundo o jornal boliviano *La Razón* de 11 de novembro de 2005, esses principais candidatos solicitaram observadores internacionais. No início de novembro, Evo Morales, do Movimento al Socialismo (MAS), solicitou ao Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil que enviassem delegados para observar os comícios em dezembro. Jorge Quiroga, do

Poder Democrático Social (PODEMOS), solicitou observadores internacionais para o processo eleitoral à Organização dos Estados Americanos (OEA), União Européia e a Fundação Carter. Samuel Doria Medina, da Unidade Nacional (UN), também solicitou participação da OEA para garantia de transparência do pleito em dezembro de 2005.

## Referência

### Sites:

- BBC Brasil - <http://www.bbc.co.uk/portuguese/>
- Biblioteca do Congresso dos EUA - <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/>
- CIA - The Factbook - <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>
- Constituição da Bolívia - <http://www.georgetown.edu/pdba/Constitutions>
- Departamento de Estado dos EUA - <http://www.state.gov>
- Instituto Nacional de Estatística da Bolívia - <http://www.ine.gov.bo>
- La Razón - <http://www.la-razon.com>
- Vice-Presidência da República da Bolívia - <http://www.vicepres.gov.bo/>

### Ver também:

- 13/12/2004 - [Reunião de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações](#)
- 08/07/2005 - [Instabilidade Política na Bolívia](#)

---

# Ex-presidente peruano Fujimori é detido no Chile

---

Resenha  
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira  
17 de novembro de 2005

---

Após passar cinco anos exilado no Japão, o ex-presidente peruano, Alberto Fujimori, é detido no Chile. Fujimori, que governou o Peru durante dez anos, é acusado pela Justiça do país por diversos crimes, dentre eles o de violação aos direitos humanos e o de corrupção.

---

**A**lberto Fujimori, ex-presidente peruano que governou o país durante os anos de 1990 a 2000, chegou ao Chile, em vôo privado, no dia 6 de novembro de 2005. Fujimori, que desde 2000 encontrava-se exilado no Japão, foi detido pela Justiça chilena pouco tempo após sua chegada ao país. Tal fato ocorreu devido ao pedido do governo peruano enviado ao Chile que solicitou ao país a detenção imediata do mesmo com vistas a possibilitar sua posterior extradição.

Fujimori tornou-se presidente do Peru em junho de 1990. Em 1992, ao dissolver o Congresso com o apoio das Forças Armadas, iniciou uma política de combate frontal contra os grupos guerrilheiros Sendero Luminoso e Movimento Revolucionário Tupac Amaru, criando um grupo clandestino militar, o Colina, formado por agentes ativos do Serviço de Inteligência do Exército (SIE). Fujimori, por intermédio de seu Assessor de Inteligência, Vladimir Montesinos, que supervisionou a formação do Colina, aprovou as atividades de sequestro, tortura e assassinato de possíveis insurgentes políticos e membros dos grupos rebeldes.

Ao combater radicalmente a guerrilha,

cometer crimes de falsificação de documentos públicos, desfalques de recursos do Governo e suborno a parlamentares de oposição, Fujimori se reelegeu em abril de 1995, forçando uma reforma constitucional que possibilitou sua 3ª vitória presidencial em 2000. Em novembro desse mesmo ano, devido à divulgação de fitas de vídeo e gravações que revelaram práticas de corrupção e suborno do assessor presidencial Montesinos, Fujimori foi levado a renunciar à presidência. Todavia, a renúncia se deu quando o até então presidente já se encontrava no Japão. Fujimori, filho de imigrantes japoneses, obteve a cidadania do país, refugiando-se no mesmo durante cinco anos.

Apesar do Congresso legislativo e do Tribunal Constitucional peruano terem suspenso os direitos políticos e proibido Fujimori de ocupar cargos públicos até o ano de 2010, autoridades do país acreditam que o ex-presidente tenha vindo ao Chile com a intenção de organizar uma campanha política capaz de forçar sua candidatura às próximas eleições presidenciais do Peru. As eleições ocorrerão no país em 9 de abril de 2006 e em 9 de janeiro desse mesmo ano encerra-se o prazo de inscrição para a oficialização

das candidaturas. Segundo autoridades, o tempo necessário para a conclusão do processo de extradição de Fujimori calculado em cerca de dois meses, será usado por ele para impulsionar simpatias de seus antigos apoiadores, gerando pressão popular que obrigue o Jurado Nacional de Eleições do Peru a aceitar sua candidatura.

Analistas acreditam que a escolha de retorno à América do Sul a partir do Chile tenha sido feita por Fujimori por importantes razões. Além de estarem no país ex-colaboradores do regime de Fujimori, como o argentino Daniel Borobio, encarregado de suas campanhas eleitorais durante os anos de 1990 e 2000, e Eduardo Calmell, dono de meios de comunicação responsáveis por sustentar o apoio ao regime político no Peru, a Justiça chilena também negou por três vezes pedidos de extradição advindos do país em relação a ex-apoiadores do regime de Fujimori que também se encontravam no Chile.

O ex-presidente que se encontra sob prisão preventiva no Chile desde o dia 7 de novembro de 2005, um dia após sua chegada ao país, deve permanecer detido até que se formalize o pedido de extradição. O Tribunal de Apelações de Santiago ratificou a prisão de Fujimori uma semana após sua detenção em caráter preventivo, mas reafirmou que aguarda o envio de documentos formais que sustentem as acusações contra Fujimori. Peru e Chile possuem um tratado bilateral de extradição desde 1932.

Segundo a Justiça peruana, o pedido formal de extradição do ex-presidente deve contar com o relato de mais de 21 delitos cometidos durante a presidência de Fujimori, os quais podem somar 225 anos de prisão. No histórico do ex-presidente constam crimes de homicídio, lesões graves, sequestro e tortura cometidos contra os opositores do Governo. Além disso, pesam também os fatos de: abandono do cargo de presidente

quando o mesmo já se encontrava refugiado no Japão, ordenamento de compras de armas de traficantes, o golpe de Estado em 1992 que possibilitou a dissolução do Parlamento, apropriação e enriquecimento ilícito a partir de doações japonesas destinadas a combater a pobreza infantil no Peru, desvio de fundos do Serviço de Inteligência Nacional para o financiamento de atividades de combate à guerrilha, autorização de espionagens telefônicas e falsificação de firmas e empresas, dentre outras acusações. Além dessas denúncias, outras 17 tramitam no Congresso Nacional aguardando aprovação e encaminhamento para o Judiciário.

No momento em que as autoridades peruanas preparam e organizam provas contra o ex-presidente para enviá-las ao país vizinho, famílias que sofreram violação dos direitos humanos durante o governo de Fujimori, procuradores e ministros de Governo do Peru chegam também ao país com o objetivo de intervir no processo de julgamento da extradição.

A chegada de Fujimori ao Chile se deu quatro dias após a aprovação do Parlamento peruano, por unanimidade, de uma lei que reformulou os limites marítimos com o país vizinho, estendendo a jurisdição peruana para o sul em uma projeção que abarca 1200 milhas marítimas. O governo chileno de Ricardo Lagos, que não acatou a decisão peruana, reivindicou a soberania das águas em disputa, de acordo com o tratado assinado pelos países em 1952 e 1954. A nova normativa marítima peruana, que faz menção à Convenção de Direitos do Mar estabelecida pelas Nações Unidas, introduz outro fator de inquietação no conflito entre o Peru, Chile e também Bolívia. Além das reivindicações peruanas, La Paz, a capital boliviana, aspira a um porto próprio sobre o Oceano Pacífico, o que exigiria a passagem de um corredor terrestre ao Oceano através do Chile.

Segundo analistas, as relações entre Peru e Chile que, devido a esses fatores, já se encontrava estremecida, tende a dificultar e atrasar o processo de extradição de Fujimori, uma vez que o governo de Lagos pode estar relutante em conceder qualquer facilidade ao governo do Peru do Presidente Alejandro Toledo. Os renovados acontecimentos entre os países ocorrem a pouco menos de um mês para a realização das eleições presidenciais no Chile, em 11 de dezembro de 2005, além de contribuírem para gerar impactos sobre o já frágil governo do Presidente peruano que também aguarda a realização das eleições gerais em abril de 2006.

Toledo, que se encontra durante essa semana em visita à Coréia do Sul, afirmou, porém, que o processo de extradição está no caminho certo. O assunto deverá liderar as reuniões do presidente com Ricardo Lagos, que também se encontra no país, e com o Primeiro-Ministro japonês Junichiro Koizumi. No dia 10 de novembro, o governo peruano decretou a saída de seu embaixador no Japão, Luis Macchiavello, expressando o desapontamento com a lentidão do processo judicial japonês que resultou na negação dos pedidos de extradição feitos pelo país em relação a Fujimori quando o mesmo encontrava-se refugiado no Japão.

Em declarações à imprensa, Toledo se mostrou otimista em relação ao caso Fujimori, e expressou: "Deixemos que a Justiça peruana e chilena façam seu trabalho. Eu não posso intervir no Poder Judiciário".

## Referência

### Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

El Pais

<http://www.elpais.com>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Inter Press Service

<http://www.ipsnoticias.net>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

## Conjuntura Internacional

**Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>